



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

RESOLUÇÃO Nº 9-COU/UNICENTRO, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

Aprova as alterações do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito, Bacharelado, da UNICENTRO, Câmpus Santa Cruz, e dá outras providências.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO:

Faço saber que o Conselho Universitário, COU, considerando os incisos II e IV, do art. 53, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB;

considerando a Resolução nº 5-CNE/CES, de 17 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, e a Resolução nº 2-CNE/CES, de 19 de abril de 2021, que alterou o art. 5º, da Resolução nº 5-CNE/CES, de 17 de dezembro de 2018;

considerando a Resolução nº 2-CNE/CES, de 18 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração do curso;

considerando a Resolução nº 17-CEPE/UNICENTRO, de 9 de agosto de 2021, que aprovou o Regulamento da oferta de carga horária de atividades educacionais a distância em cursos de graduação presenciais;

considerando a Resolução nº 1-CNE/CP, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

considerando a Deliberação nº 4-CEE/PR, de 2 de agosto de 2006, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que trata de normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

considerando a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

considerando o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS;

considerando a Resolução nº 1-CNE/CP, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

considerando a Resolução nº 2-CNE/PG, de 15 de junho de 2012, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

considerando a Resolução nº 7-CEPE/UNICENTRO, de 16 de abril de 2018, alterada pela Resolução nº 14-CEPE/UNICENTRO, de 16 de outubro de 2019, que regulamentou o registro



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UNICENTRO;

considerando a Resolução nº 7-CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimentou o disposto na Meta 12.7, da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, PNE 2014-2024;

aprovou, pelo Parecer nº 15-COU, de 19 de agosto de 2022, contido no Protocolo nº 4.413, de 5 de abril de 2022, e eu sanciono, nos termos do art. 9º, inciso X, do Regimento da UNICENTRO, a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam aprovadas as alterações do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito, Bacharelado, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Câmpus Santa Cruz, conforme o contido nesta Resolução.

Parágrafo único. As alterações de que trata o artigo anterior vigoram a partir do ano de 2023.

Art. 2º A carga horária do Curso de que trata esta Resolução é de 3.954 horas.

Parágrafo único. O Curso oferta disciplinas na modalidade de educação a distância, conforme estabelecido na legislação vigente e descrito no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º O período de integralização desse Curso é de, no mínimo, cinco e, no máximo, sete anos.

Art. 4º Esse Curso é oferecido em período matutino, com quarenta vagas anuais.

Art. 5º A matriz curricular e o ementário constam dos Anexos I, II e III, desta Resolução.

Art. 6º A matriz curricular desse Curso está organizada segundo o Regime Seriado Anual, com disciplinas semestrais, previsto no Regimento da UNICENTRO.

Art. 7º Os objetivos desse Curso são:

I – objetivo geral: assegurar no perfil do graduando sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

II – objetivos específicos:

a) propiciar a implementação do Curso de Direito, Bacharelado Presencial na UNICENTRO em conformidade com a Resolução nº 5-CNE/CES, de 17 de dezembro de 2018, da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e demais legislações pertinentes e com os condicionantes institucionais expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNICENTRO;

b) oportunizar a oferta do Curso de Graduação em Direito em Instituição Estadual Pública, gratuita e de qualidade democratizando o acesso ao conhecimento da área, ampliando a Responsabilidade Social da UNICENTRO;



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

- c) oportunizar aos graduandos o desempenho de qualquer atividade profissional afeta ao Direito, tanto em carreiras públicas quanto privadas, para atender ao contexto político, econômico e social contemporâneo, às necessidades regionais e locais e também brasileiras;
- d) vabilizar a capacidade de reflexão crítica do Direito posto, propondo alternativas inclusivas;
- e) valorizar o Núcleo de Prática Jurídica, tendo como espaço privilegiado o Escritório Modelo, onde docentes e discentes se encontrarão para o exercício da prática profissional do Direito, integrando essa modalidade a outras atividades práticas, que estimulem e demonstrem aos acadêmicos outras perspectivas de atuação profissional, com vistas às diferentes carreiras jurídicas.
- f) comprometer eticamente para atendimento à comunidade menos favorecida, em consonância a uma nova ordem social democrática, fraterna, comunitária, justa e participativa;
- g) propiciar o trabalho integrado dos diferentes atores institucionais na construção de um curso de Direito, cujo perfil seja sempre condizente às demandas da comunidade, sem olvidar, concomitantemente, de demandas regionais e nacionais;
- h) articular ensino, pesquisa e extensão;
- i) incentivar a produção científica dos docentes e discentes;
- j) estabelecer convênios para a criação de redes de conhecimento e o favorecimento de ações conjuntas.

Art. 8º O graduado em Direito deve possuir o perfil profissional que se articula aos objetivos do curso na medida em que pretende:

- I – possibilitar a tomada de decisões e saber implementá-las no interesse da Justiça;
- II – identificar a melhor forma de organização de processos e prática de atos jurídicos;
- III – agir na comunidade, em todos os seus segmentos, segundo os princípios da moral e da ética, atuando em nome da Justiça e da equidade social;
- IV – compreender e dominar o entendimento pleno dos atos jurídicos e das decisões da Justiça, valorizando o trabalho em equipe, numa dimensão (inter)multidisciplinar;
- V – desempenhar suas atividades como profissional competente e ético, em quaisquer organismos da administração pública, no complexo das atividades empresariais e/ou na defesa dos interesses legítimos do cidadão;
- VI – colaborar com a formação do comportamento do cidadão e com o desenvolvimento da cultura e do sentimento de solidariedade humana.

Art. 9º O processo de formação deve contribuir para um profissional com os conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes habilidades e competências:

- I – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- II – demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III – demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI – desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII – atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX – utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X – aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI – compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII – possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII – desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;

XIV – apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Art. 10. Com fundamento na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, da Presidência da República, ficam aprovadas as diretrizes para realização de estágio não obrigatório desse Curso de Graduação, constante do Anexo IV, desta Resolução.

Art. 11. Revoga-se a Resolução nº 108-COU/UNICENTRO, de 5 de agosto de 2014.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

ANEXO I, DA RESOLUÇÃO Nº 9-COU/UNICENTRO, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

Setor de Ciências Sociais Aplicadas – Guarapuava

CURRÍCULO PLENO

CURSO: DIREITO – Bacharelado (Manhã)

Série	Semestre	Deptos.	Disciplinas	Aulas/Semana		C/H Total	Extensão	EAD	
				Teó.	Prá.				
1ª	1º	DEDIR/G	Teoria do Direito	4		68		12	
		DEDIR/G	Teoria do Estado e Ciência Política	4		68		12	
		DEDIR/G	História do Pensamento Jurídico	4		68		12	
		DECON/G	Economia Política	2		34		6	
		DEFIL/G	Introdução às Humanidades	2		34		6	
		DELET/G	Redação e Linguagem Jurídica I	4		68		12	
	Subtotal (aulas/semana)				20				
	2º	DEDIR/G	Direito Constitucional I	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito Penal I	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito Civil - Teoria da Relação Jurídica I	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Teoria do Processo	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Sociologia e Antropologia do Direito	2	0	34		6	
		DEDIR/G	Filosofia do Direito	3	0	51		9	
		DELET/G	Redação e Linguagem Jurídica II	4	0	68		12	
Subtotal (aulas/semana)				25					
2ª	1º	DEDIR/G	Direito Constitucional II	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito Penal II	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito Civil - Teoria da Relação Jurídica II	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Processo Civil I	4	0	68		12	
		DEPED/G	Direito e Psicologia	2	0	34		6	
		DEDIR/G	Processo Penal I	4	0	68		12	
	Subtotal (aulas/semana)				22				
	2º	DEDIR/G	Direito Penal III	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito Administrativo I	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito Civil – Teoria Geral das Obrigações	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Processo Civil II	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Processo Penal II	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direitos Humanos	2	0	34		6	
		--	Optativa I	3	0	51		9	
Subtotal (aulas/semana)				25					
3ª	1º	DEDIR/G	Direito Penal IV	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito Administrativo II	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito Civil - Contratos I	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Processo Civil III	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito Empresarial I	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito do Trabalho I	4	0	68		12	
	Subtotal (aulas/semana)				24				
	2º	DEDIR/G	Direito Civil - Contratos II	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito Empresarial II	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito do Trabalho II	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Processo Administrativo	2	0	34		6	
		DEDIR/G	Direito Tributário I	4	0	68		12	
		DEDIR/G	Direito da Propriedade Intelectual	2	0	34		6	
		DEDIR/G	Direito da Criança e do Adolescente e Direito do Idoso	3	0	51		9	
DEDIR/G	Direito Eleitoral e Partidário	2	0	34		6			
Subtotal (aulas/semana)				25					



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Continuação do Currículo Pleno

4ª	1º	DEDIR/G	Direito Civil - Reais	4	0	68		12
		DEDIR/G	Processo do Trabalho	2	0	34		6
		DEDIR/G	Direito Tributário II	4	0	68		12
		DEDIR/G	Direito Empresarial III	4	0	68		12
		DEDIR/G	Metodologia da Pesquisa Jurídica	2	0	34		6
		DEDIR/G	Prática Jurídica Simulada I	0	3	51		9
		DEDIR/G	Direito Econômico	2	0	34		6
	Subtotal (aulas/semana)			21				
	2º	DEDIR/G	Direito Civil – Família	4	0	68		12
		DEDIR/G	Processo Tributário	2	0	34		6
		DEDIR/G	Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação	2	0	34		6
		DEDIR/G	Direito Internacional Público	2	0	34		6
		DEDIR/G	Trabalho de Curso I	2	0	34		6
		DEDIR/G	Prática Jurídica Simulada II	0	3	51		9
--		Optativa II	3	0	51		9	
Subtotal (aulas/semana)			18					
5ª	1º	DEDIR/G	Direito Civil – Sucessões	4	0	68		12
		DEDIR/G	Direito Internacional Privado	2	0	34		6
		DEDIR/G	Responsabilidade Civil e Biodireito	3	0	51		9
		DEDIR/G	Trabalho de Curso II	2	0	34		6
		DEDIR/G	Prática Jurídica Simulada III	0	3	51		9
		--	Optativa III	3	0	51		9
	Subtotal (aulas/semana)			17				
	2º	DEDIR/G	Prática Jurídica Simulada IV	0	3	51		9
		DEDIR/G	Direito Previdenciário	3	0	51		9
		DEDIR/G	Direito do Consumidor	4	0	68		12
		DEDIR/G	Direito Ambiental e Direito Agrário	4	0	68		12
		DEDIR/G	Estatuto do Advogado e Ética Profissional	2	0	34		6
		--	Optativa IV	3	0	51		9
		Subtotal (aulas/semana)			19			
C/H Subtotal (horas-aula)					3672	0	648	
C/H Subtotal (horas)					3060	0	540	
OUTROS COMPONENTES CURRICULARES:								
Atividades Acadêmicas Complementares (horas)					226			
Atividades de Extensão (horas)					396	396		
Estágio Supervisionado Obrigatório (horas)					272			
C/H Total (horas)						396	540	
C/H Total do Curso (horas)					3954			

Início: 2023 Integralização: mínima – 5 anos / máxima – 7 anos. Regime: Seriado anual com disciplinas semestrais.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

ANEXO II, RESOLUÇÃO Nº 9-COU/UNICENTRO, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

Setor de Ciências Sociais Aplicadas – Guarapuava

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CURSO: DIREITO – Bacharelado (Manhã)

Série	Semestre	Deptos.	Disciplinas/Turmas	Aula/ Sem.	C/H Total
2 ^a	2 ^o	DELET/G	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	3	51
		DEDIR/G	Direito Cooperativo e Economia de Comunhão	3	51
		DEMED/G	Medicina Legal	3	51
4 ^a	2 ^o	DEDIR/G	Processo Coletivo	3	51
		DEDIR/G	Direito Municipal	3	51
		DEDIR/G	Direito e Fraternidade	3	51
5 ^a	1 ^o	DEDIR/G	Sociedades Cooperativas, Autogestão e Economia Solidária	3	51
		DEDIR/G	Execução Penal e Administração Prisional	3	51
		DEDIR/G	Análise Crítica da Jurisprudência Penal	3	51
	2 ^o	DEDIR/G	Análise Crítica da Jurisprudência Civil	3	51
		DEADM/G	Gestão de Escritórios	3	51

Início: 2023 Integralização: mínima – 5 anos / máxima – 7 anos. Regime: Seriado anual com disciplinas semestrais.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

UNICENTRO



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

ANEXO III, DA RESOLUÇÃO Nº 9-COU/UNICENTRO, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO, BACHARELADO, DA UNICENTRO, CÂMPUS SANTA CRUZ

EMENTÁRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO I

Direito Administrativo. Administração Pública. Sistemas Administrativos. Regime Jurídico Administrativo. Organização da Administração Pública. Órgãos e Agentes Públicos. Princípios Fundamentais da Administração Pública. Deveres e Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Servidores Públicos. Serviços Públicos.

DIREITO ADMINISTRATIVO II

Licitação. Contratos Administrativos. Domínio Público. Intervenção do Estado na propriedade e no Domínio Econômico. Responsabilidade Civil da Administração Pública. Controle da Administração Pública.

DIREITO AMBIENTAL E DIREITO AGRÁRIO

Princípios e fundamentos do Direito Ambiental. O meio ambiente como objeto do direito. Crise ambiental e ética ambiental. Direitos difusos. Meio Ambiente na Constituição da República. Licenciamento ambiental. Responsabilidade em matéria ambiental: civil, penal e administrativa. Espaços territoriais especialmente protegidos: Código Florestal e Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Política Nacional de Biossegurança. Impacto Ambiental. Meios processuais de proteção do meio ambiente. Institutos básicos do direito agrário brasileiro. Reforma Agrária. Desapropriação. Usucapião Especial. Contratos Agrários.

DIREITO CIVIL – CONTRATOS I

Teoria geral dos contratos. Elementos da teoria geral dos contratos civis: conceito e requisitos de validade, elementos caracterizadores, fontes, princípios fundamentais, função social dos contratos e a boa-fé objetiva. Contratos: fundamentação legal. Classificação dos contratos. Efeitos dos contratos. Extinção dos contratos. Institutos conexos aos contratos. Obrigações por atos ilícitos; arras, estipulações em favor de terceiros, vícios redibitórios, evicção; enriquecimento sem causa; contrato preliminar e contrato de adesão; contratos atípicos e contratos inominados; contrato fiduciário, mediação e contratos coligados. Cessão de contratos. Tendências atuais do direito contratual. Declaração unilateral da vontade.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

DIREITO CIVIL – CONTRATOS II

Os contratos em espécie. Contratos nominados e inominados. Contratos típicos e atípicos. Figuras contratuais codificadas. Figuras contratuais contemporâneas.

DIREITO CIVIL – TEORIA DA RELAÇÃO JURÍDICA I

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Código Civil: histórico, sistemática, elaboração. O Novo Código Civil Brasileiro. Das pessoas. Relação Jurídica: elementos, sujeitos, objeto. Institutos de direito privado. Domicílio. Direitos da personalidade. Dos bens. Classificação dos bens. Bem de família. Direitos registráveis e não registráveis. Registro de bens móveis e imóveis. Direitos humanos no direito civil.

DIREITO CIVIL – TEORIA DA RELAÇÃO JURÍDICA II

Fatos jurídicos. Atos jurídicos: classificação. Negócio Jurídico: distinção, teoria, validade, vigência, eficácia, elementos, requisitos; defeitos, invalidades. Elementos acidentais. Sistema das nulidades. Nulidade e inexistência. Os atos ilícitos. Atos ilícitos e distribuição equitativa dos prejuízos. Prescrição e decadência.

DIREITO CIVIL – TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

Direito das Obrigações. Direitos pessoais e direitos reais. Evolução da teoria das obrigações. Noções gerais de obrigações: conceito e elementos constitutivos. Fontes das obrigações. Modalidades das obrigações. Adimplemento e Extinção das obrigações: Pagamento. Inadimplemento das obrigações. Transmissão das obrigações.

DIREITO CIVIL – FAMÍLIA

Generalidades. Conceito e Natureza Jurídica. A família na Constituição Federal de 1988 e na contemporaneidade. Princípios constitucionais de direito de família. Direito Matrimonial. Casamento: Efeitos jurídicos, validade, habilitação, impedimentos. Espécies de casamento válido e inválido. Casamento irregular. Causas terminativas. Nulidade e anulação do casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Regime patrimonial. Direito convivencial. Direito parental. Parentesco. Filiação. Filiação Socioafetiva. Posse de Estado de Filho. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar. Alimentos. Guarda. Alienação Parental. Direito assistencial.

DIREITO CIVIL – REAIS

Direito das Coisas/Reais. Noções gerais. Direitos pessoais e direitos reais. Evolução histórica do direito das coisas. Noções gerais sobre a posse: origem, conceito, natureza jurídica, teorias e evolução histórica. Classificação da Posse. Aquisição e Perda da Posse. Efeitos da Posse. Manutenção e Reintegração da Posse. Interdito Proibitório. Ações afins aos interditos possessórios. Propriedade: conceito, características, meios de defesa e função social. Propriedade imóvel e móvel. Aquisição da propriedade imóvel e móvel. Perda da propriedade. Propriedade resolúvel. Noções de direitos autorais. Direitos reais sobre coisas alheias: aspectos gerais. Direitos reais de garantia, de



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

gozo e de aquisição. Direitos de Vizinhança. Condomínio Geral. Condomínio Edifício. Incorporações.

DIREITO CIVIL – SUCESSÕES

Direito das Sucessões: histórico, conceito, fundamentos, objeto e conteúdo. Sucessão em geral e: espécies. Secessão: modalidades, abertura, capacidade sucessória. Herança: modalidades, transmissão, aceitação, renúncia, cessão. Sucessão legítima: ordem da vocação hereditária, classificação dos herdeiros. Direito de representação. Direito de acrescer. Exclusão da sucessão. Partilha e inventário. Arrolamento. Sucessão testamentária: capacidade, modalidades, nulidade, anulabilidade, revogação. Disposições testamentárias. Sucessão e regime de bens. Sucessão na União Estável. Concorrência sucessória. Planejamento sucessório.

DIREITO CONSTITUCIONAL I

A Constituição. O Sistema Constitucional. O Poder Constituinte. A aplicação da Constituição. Teoria da Norma Constitucional. Hermenêutica e Interpretação Constitucional. Introdução ao Controle de Constitucionalidade. A Constituição Federal de 1988: organização e estrutura interna. Preâmbulo Constitucional. Princípios Constitucionais Fundamentais. Princípios Constitucionais Gerais. Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos e Garantias Individuais e Coletivos. Direitos humanos. Direitos Sociais. Direitos de Nacionalidade. Direitos de Cidadania: Direitos Políticos e Partidos Políticos. Educação étnico-racial. Educação ambiental.

DIREITO CONSTITUCIONAL II

Organização do Estado. Distribuição de Competência. Organização dos Poderes. Ministério Público. Processo Legislativo. A Defesa do Estado. A Ordem Social. Teoria geral do processo constitucional. Instrumentos constitucionais de controle da constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão, Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Mandado de Injunção. *Habeas Data*. Ação Popular, Ação Civil Pública e Mandado de Segurança.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DIREITO DO IDOSO

Diretrizes constitucionais. Estatuto da Criança e do Adolescente. Proteção Integral. Direitos Fundamentais: conteúdo, controle e formas punitivas. Menoridade e responsabilidade penal. Atos infracionais. Política de atendimento. Medidas socioeducativas e de proteção. Justiça da Infância e da Juventude. Idosos. Conceito de Idoso. Direitos dos Idosos. Estatuto do Idoso.

DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Tecnologia e Direito. Introdução à Propriedade Intelectual. Regras de Comércio Internacional. Sistemas de Patentes. Marcas. Desing. Direitos Autorais. Regime Jurídico do Software. Transferência de Tecnologia. Concorrência Desleal. Direitos Autorais na Internet.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

DIREITO DO CONSUMIDOR

A proteção ao consumidor inserida na ordem pública do ordenamento jurídico. Estudo do Código de Defesa do Consumidor; relações de consumo – microsistema de consumo e fonte constitucional. Relação jurídica de consumo – elementos e princípios. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil do fornecedor. Oferta e publicidade. Práticas comerciais abusivas. Cobrança de dívidas e banco de dados. Proteção contratual. Noções do SNDC, Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

DIREITO DO TRABALHO I

Direito do trabalho: histórico, conceito, natureza jurídica, autonomia e fontes. Princípios do Direito do Trabalho. Eficácia da lei trabalhista. Contrato de trabalho: conceito, sujeitos do contrato, natureza jurídica e classificação. Contrato de trabalho: duração do contrato, rescisão unilateral e aviso prévio. Contrato de trabalho: justa causa, rescisão indireta, força maior e *factum principis*. Contrato de trabalho: estabilidade, garantias de emprego e FGTS. Duração do trabalho: jornada de trabalho e carga horária, regulamentações especiais, horas extras e trabalho noturno.

DIREITO DO TRABALHO II

Duração do trabalho: repouso semanal remunerado, empregados excluídos da proteção legal da jornada de trabalho e férias. Duração do trabalho: intervalos, redução da jornada com redução de salário. Remuneração e salário: conceitos, formas de salário, modos de pagamento, gratificação natalina, salário mínimo, salário profissional e salário família. Remuneração e salário: proteção legal ao salário, equiparação salarial e participação nos lucros da empresa. Adicionais compulsórios. Trabalho da mulher e do menor. Direito Administrativo do Trabalho.

DIREITO E PSICOLOGIA

Conceito de personalidade. Formação e seu desenvolvimento: fatores hereditários e ambientais. Tipos de personalidade. Saúde psicológica, psicopatologias severas e imputabilidade penal. Psicopatologia da capacidade civil e da responsabilidade penal. Testemunho e fatores envolvidos: personalidade, simulação/dissimulação. Aspecto psicológico do processo decisório. Educação em direitos humanos.

DIREITO ECONÔMICO

Direito e Economia. Introdução ao Direito Econômico. Direito Constitucional Econômico. A Ordem Econômica na Constituição Federal. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Direito Administrativo Econômico. Direito da Concorrência. Ordem Econômica Internacional e as Relações Econômicas Internacionais (Comércio Internacional). Direito Penal Econômico.

DIREITO ELEITORAL E PARTIDÁRIO

Conceito. Fontes. Democracia: Teorias e princípios; desenho constitucional; modelos de democracia; representação; modelos de mandato. Direitos políticos: Sufrágio e elegibilidade;



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

inelegibilidades e incompatibilidades; controle de legitimidade dos eleitores – inscrição eleitoral, domicílio eleitoral, transferência de domicílio; cancelamento e exclusão de eleitor; revisão do eleitorado. Sistemas eleitorais: Princípio majoritário e princípio proporcional; sistema distrital. Sistemas de verificação de poderes: Justiça eleitoral brasileira; organização e competência. Partidos políticos: tratamento constitucional e legal; princípios, garantias e vedações; direito de antena e fundo partidário; fidelidade partidária. Processo eleitoral: registro de candidatos, propaganda eleitoral, pesquisas, abusos, crimes eleitorais, captação ilícita de sufrágio. Controle da legitimidade das eleições: atos preparatórios; votação e apuração; totalização, recontagem de votos; impugnações e recursos.

DIREITO EMPRESARIAL I

Direito e Atividade Econômica. Conceito, origem e evolução histórica do direito empresarial. Fontes do direito empresarial. Empresa, empresário e sociedade empresária. Registro de empresa. Livros empresariais. Nome empresarial. Estabelecimento empresarial. Colaboradores da empresa.

DIREITO EMPRESARIAL II

Teoria Geral das sociedades. Estrutura jurídica das sociedades no Código Civil. Sociedades em espécie.

DIREITO EMPRESARIAL III

Títulos de Crédito: conceito e teoria. Títulos de crédito em espécie. Contratos Mercantis. Falência: caracterização, declaração, recuperação e efeitos jurídicos.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Direito intertemporal e direito internacional privado. As normas do direito internacional privado indiretas, diretas e qualificadoras. Unilaterais e bilaterais. Fontes. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Aplicação, prova e intervenção do direito estrangeiro. As regras de conexão. Jurisdição Internacional. Competência Internacional. Tribunais Internacionais. Cooperação Interjurisdicional. Estatuto Pessoal/Bens/Obrigações/Sucessão/Pessoa Jurídica. Homologação de sentença estrangeira: requisitos, procedimento e jurisprudência. Cartas rogatórias. Competência da justiça brasileira concorrente e exclusiva. Contratos internacionais. Arbitragem internacional. Situação jurídica do estrangeiro e Direito de Família.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Características, pressupostos, fontes, relação entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno. Pessoas internacionais. Reconhecimento de Estado. Sucessão de Estados. As competências do Estado. O ilícito internacional do Estado, sanções e a solução pacífica das controvérsias internacionais. Solução de controvérsias e guerra no Direito Internacional. Intervenção de humanidade. Responsabilidade dos Estados. Coletividades não-estatais. Organização das Nações Unidas. Organizações internacionais especializadas da ONU. O indivíduo no direito internacional



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

público: a subjetividade internacional do indivíduo; a proteção internacional dos direitos humanos.

DIREITO PENAL I

Princípios do Direito Penal. A Norma Penal. Aplicação da Lei Penal. Teoria do Delito. Teoria da Conduta. Teoria do Tipo. Ilicitude. Culpabilidade. Teoria do Erro. *Iter Criminis*: tentativa e consumação. Direitos humanos e direito penal.

DIREITO PENAL II

Concurso de pessoas. Concurso de Crimes. Teoria da Pena: espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Prescrição.

DIREITO PENAL III

Parte especial: dos crimes contra a pessoa (crimes contra a vida, lesões corporais, crimes de periclitacão da vida e da saúde, da rixa, crimes contra a honra). Dos crimes contra o patrimônio.

DIREITO PENAL IV

Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a administração pública. Legislação especial: tópicos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Direito da Seguridade Social. A seguridade social como gênero: saúde, assistência e previdência social. Direito Previdenciário: percurso histórico, conceito, objeto, princípios e normas. Previdência Social e Sistema Previdenciário brasileiro. Custeio da Seguridade Social. Contribuintes e Segurados. Beneficiários. Prestações da Previdência Social. Benefícios. Acidente de Trabalho. Seguro-desemprego. Cumulação de Benefícios. Prescrição. Tempo de serviço e contagem recíproca. Processo Administrativo e Processo Judicial. Previdência complementar. Previdência Privada.

DIREITO TRIBUTÁRIO I

Atividade financeira do Estado. Direito financeiro e direito tributário. Direito tributário. Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Sistema constitucional tributário brasileiro. Os princípios constitucionais. Competência tributária e capacidade tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Fontes do Direito tributário. Relação jurídica tributária. Teoria da Norma Jurídica tributária. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Fato gerador. Lançamento tributário. Crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantia e privilégio do crédito tributário. Exoneração tributária.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

DIREITO TRIBUTÁRIO II

Tributo. Espécies Tributárias. Legislação Tributária. Tributos federais, estaduais e municipais. Impostos da União. Impostos dos Estados-membros. Impostos do Distrito Federal. Impostos dos Municípios. A interdisciplinaridade do Direito Tributário Penal, Direito Penal Tributário e Processo Tributário. O processo tributário administrativo. Contencioso administrativo e judicial. Infrações e penalidades: elisão, evasão e sonegação fiscal.

DIREITOS HUMANOS

Direitos Humanos: aspectos filosóficos, históricos, jurídicos, políticos e sociais. O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal. A fundamentação ética dos direitos humanos. Os princípios constitucionais vinculados à idéia de liberdade. Direitos Humanos e Hermenêutica. Direitos humanos e direitos fundamentais: os graus de positividade. Os direitos humanos nas relações jurídicas subjetivas. O fundamento da igualdade nas várias manifestações. Educação étnico-racial. Educação ambiental.

ECONOMIA POLÍTICA

Economia Política: interdependência entre Direito e Economia, contexto histórico, raízes e postulados das propostas clássicas, liberais, marxista, keynesiana e neoliberal. A Escola Austríaca e a Escola de Chicago. Produção, Circulação, Repartição e Consumo das Riquezas. Desenvolvimento Econômico e papel do Direito. Análise econômica do Direito.

ESTATUTO DO ADVOGADO E ÉTICA PROFISSIONAL

Ética e Moral. Ética e Direito. Regras deontológicas. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Ética e Advocacia.

FILOSOFIA DO DIREITO

Direito e Filosofia do Direito. Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito. História do Pensamento Jurídico. Teoria Pura do Direito. O Culturalismo Jurídico de Miguel Reale. Tendências Contemporâneas da Filosofia do Direito: teoria do Direito e argumentação, teoria do Direito e discurso jurídico, teoria do Direito e pós-positivismo.

GESTÃO DE CONFLITOS E TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO

Autocomposição. Meios alternativos de solução dos conflitos. Negociação. Conciliação. Aspectos sociais, políticos e econômicos da negociação e da mediação. Mediação: Mediador. Técnica. Aplicabilidade. Princípios. Mediação, conciliação e transação. Papel e ética do mediador. Arbitragem: Princípio da autonomia da vontade. Convenção de arbitragem. Cláusula compromissória. Compromisso arbitral. Árbitro. Processo arbitral. Tutelas de urgência. Sentença arbitral. Invalidades da sentença arbitral. Habilidades na Comunicação. Técnicas de negociação, mediação e conciliação. Estratégias utilizadas em negociação. Lei de Arbitragem e Juizados Especiais.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

HISTÓRIA DO PENSAMENTO JURÍDICO

Platão, Aristóteles e as bases do pensamento jurídico na antiguidade. Os princípios do Direito Romano. Teologia cristã e filosofia do Direito: de Santo Agostinho a Santo Tomás de Aquino. Escolástica e o pensamento jurídico. Pensamento jurídico moderno: humanismo e direito. Hobbes e a fundação do positivismo jurídico. Kelson e o positivismo moderno. Hart, o conceito de direito e a filosofia analítica. O tridimensionalismo jurídico. História e cultura afro-brasileira e o pensamento jurídico e Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO ÀS HUMANIDADES

Do mito à consciência mítica de si e do mundo; O que é e o que pode vir a ser uma Sociedade; Esquerda e Direita; Do mecanismo vitimatório ao desejo mimético; Da imbecilidade coletiva à consciência individual; Do patrimonialismo; Estabelecidos e Outsiders; Do Espírito das Revoluções. Da educação étnico-racial. Da educação ambiental.

METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

Pesquisa, produção de conhecimento e processo de ensino-aprendizagem. Métodos e técnicas de pesquisa. A pesquisa jurídica: conceito, classificação, métodos. As etapas da pesquisa: levantamento de dados, registros de informações e redação do relatório. A elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. O trabalho monográfico e suas especificidades.

PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA I

Atividade prática realizada mediante tutoria, sob regulamentação e coordenação própria e específica, de periodicidade semanal, com avaliação permanente e contínua.

PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA II

Atividade prática realizada mediante tutoria, sob regulamentação e coordenação própria e específica, de periodicidade semanal, com avaliação permanente e contínua.

PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA III

Atividade prática realizada mediante tutoria, sob regulamentação e coordenação própria e específica, de periodicidade semanal, com avaliação permanente e contínua.

PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA IV

Atividade prática realizada mediante tutoria, sob regulamentação e coordenação própria e específica, de periodicidade semanal, com avaliação permanente e contínua.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Conceito de Processo Administrativo. Processo e procedimento. Lei Federal de procedimento administrativo. Princípios. Direitos e deveres dos administrados. Fases do processo administrativo. Instauração, Instrução, Decisão. Legitimados. Impedimento e suspeição. Atos do processo: forma, tempo e lugar. Intimação do interessado. Desistência e extinção do processo. Recurso administrativo. Contagem de prazos. Invalidades e prescrição. Processo administrativo disciplinar.

PROCESSO CIVIL I

Fase de conhecimento do processo em primeiro grau de jurisdição: análise do rito comum no Novo CPC e análise das relações e situações jurídicas que irão se formar entre os sujeitos processuais pela ótica de seus atos, posições jurídicas ativas e passivas. Principais atos processuais. Instrução da causa. Prova: conceito, discriminação, ônus e valoração. Objeto, destinatário e meios de prova. Admissibilidade dos meios de prova. Classificação das provas. Ônus da prova. Momentos da prova. Falta ou insuficiência da prova. Das provas em espécie: depoimento pessoal da parte e confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Despesas processuais.

PROCESSO CIVIL II

Sentença. Coisa julgada. Teoria geral dos recursos: conceito, princípios recursais, pressupostos recursais e efeitos recursais. Apelação. Agravo. Recurso Ordinário, Especial e Extraordinário. Processo nos Tribunais. Ação Rescisória.

PROCESSO CIVIL III

Processo de Execução: princípios gerais, execução forçada, pressupostos e elementos. Juiz e partes na execução. Competência. Do título executivo: execução por título judicial e extrajudicial. Da responsabilidade patrimonial. Liquidação da sentença. As diversas espécies de execução. Recursos na fase de execução. Da Suspensão e extinção do processo de execução Insolvência civil. Remição. Processo cautelar: características, finalidade e classificação. Pressupostos da tutela jurisdicional cautelar. A tutela antecipatória e o processo cautelar. Procedimentos cautelares específicos; outras medidas provisionais. Processos de procedimento especial de jurisdição contenciosa. Processos de procedimento especial de jurisdição voluntária. Ações especiais extravagantes.

PROCESSO DO TRABALHO

Direito Processual do Trabalho: conceito, autonomia, fontes, princípios e interpretação. Organização da Justiça do Trabalho: jurisdição, competências e órgãos. Procedimento nas ações individuais. Fase Postulatória. Fase Probatória. Fase decisória. Fase recursal. Processo de execução. Ação Rescisória. Procedimentos especiais. Procedimento nos dissídios coletivos. Ministério Público do Trabalho: organização, competência, atribuições, inquérito civil público, ação civil pública, ação civil coletiva e ação anulatória.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

PROCESSO PENAL I

Sistemas processuais. Inquérito policial. Ação penal pública e privada. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Prisão e liberdade provisória. Teoria da Prova.

PROCESSO PENAL II

Procedimentos. Sentença e Coisa Julgada. Nulidades. Recursos. Lei de Execução Penal.

PROCESSO TRIBUTÁRIO

Noções de processo tributário. Conceito, finalidade e espécies. Princípios aplicáveis. Processo administrativo tributário: espécies, fases e princípios. Processo judicial tributário. Executivo Fiscal. Embargos do Executado. Ação anulatória de lançamento tributário. Ação declaratória. Ação de repetição do indébito tributário. Mandado de Segurança. Ação de consignação em pagamento.

REDAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA I

Estudo da língua portuguesa. Importância da adequação da língua portuguesa aos vários contextos. Refinamento das habilidades de ouvir, falar e escrever. Produção oral e escrita.

REDAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA II

Estudo da língua portuguesa. Importância da adequação da língua portuguesa aos vários contextos. Refinamento das habilidades de ouvir, falar e escrever. Produção oral e escrita.

RESPONSABILIDADE CIVIL E BIODIREITO

Responsabilidade civil: apontamentos históricos e conceito. Princípios gerais da responsabilidade civil. Elementos da responsabilidade civil. Classificação. Excludentes do dever de indenizar. Limitações da normatividade na sociedade contemporânea. Direito e tecnologia. A proteção do ser humano e a apropriação dos bens. Direito e bioética. Direito civil e biotecnologia. Biodireito. Conceitos, princípios, fontes, aspectos referentes ao micro biodireito e macro biodireito, o respeito à dignidade humana como paradigma do Estado Democrático de Direito, delimitando questões ético-jurídicas. Procedimentos médicos relacionados ao biodireito e bioética. Educação ambiental.

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO

Sociologia e Sociologia do Direito. Cânones da Sociologia do Direito Europeu. Sociologia do Direito e Teoria do Direito. Estudos sócio-jurídicos. Eficácia Jurídica e a Sociologia do Direito. Pluralismo Jurídico. Direito e Globalização. Sociologia da aplicação do direito. Sociologia do Direito no Brasil. Antropologia do Direito e sistemas de controle das sociedades. Sujeitos do Direito. Processos de solução de conflitos e disputas em diferentes sociedades. Cultura afro-brasileira e direito. Direitos humanos e Educação Ambiental.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

TEORIA DO DIREITO

Introdução à epistemologia jurídica. Aproximação à idéia de Direito: Jusnaturalismo, Positivismo Jurídico e Teorias Contemporâneas. Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico. Conceitos Operacionais: Fontes do Direito; Relação jurídica; Direito subjetivo e Dever jurídico; Vigência, Validade e Eficácia; Conflitos de leis no tempo e no espaço. Pedagogia do direito: Lições para aplicação do Direito. Estrutura do poder judiciário. Carreiras jurídicas. Teoria do Direito e educação étnico-racial. Teoria do Direito e Educação Ambiental. Direitos humanos na teoria do Direito.

TEORIA DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA

Conceito de ciência política. Evolução histórica do pensamento político. Pensamento político contemporâneo. Principais correntes do Pensamento Político. Ciência Política e Teoria do Estado. As relações entre Ciência Política, Teoria Constitucional e o Direito público em geral. A formação do Estado Moderno. Elementos do Estado. Estados Contemporâneos. Teoria das formas e regimes de governo.

TEORIA DO PROCESSO

Sociedade e tutela jurídica. Processo e o Direito Processual Evolução histórica. Princípios constitucionais e princípios gerais do Direito Processual. Institutos fundamentais do Direito processual: jurisdição, ação, processo e defesa. Norma processual: objeto, natureza, fontes, interpretação e eficácia. Jurisdição: conceito, características e princípios informativos. A estrutura judiciária nacional. Poder Judiciário e suas garantias. Competência: conceito, espécies e critérios determinativos. Ação: conceito, teorias, natureza jurídica, classificação. Processo e Procedimento. Sujeitos do processo: partes, juiz e auxiliares da justiça. Advogado. Ministério Público. Atos processuais.

TRABALHO DE CURSO I

Planejamento, organização, elaboração e aprovação formal do projeto do trabalho de conclusão de curso (TCC).

TRABALHO DE CURSO II

Elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA CIVIL

Direito material e processual. As fontes do direito e a jurisprudência. Interpretação literal e semântica. Jurisprudência e grandes escolas do pensamento jurídico. A constituição de 1988 e a jurisprudência civil. Sistematização da evolução da jurisprudência civil. Análise da jurisprudência



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

em matéria civil.

ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA PENAL

Marcos históricos da consolidação dos direitos humanos. Princípios específicos. Sistematização da evolução da jurisprudência penal. Análise da jurisprudência em matéria penal. A construção jurisprudencial de direitos e garantias às vítimas no processo penal.

DIREITO COOPERATIVO E ECONOMIA DE COMUNHÃO

Cooperativismo: conceito, histórico e situação atual no Brasil. A experiência de Rochdale e de outras formas de organização cooperativa, no século XIX. Princípios do cooperativismo. Regime jurídico das sociedades cooperativas. A legislação cooperativista. O Código Civil e as regras societárias das cooperativas. Economia de Comunhão e Cooperativismo: Semelhanças e diferenças. Origem e histórico da Economia de Comunhão. Empresas e Polos Industriais de Economia de Comunhão.

DIREITO E FRATERNIDADE

Direito e justiça. Direito e fraternidade. A fraternidade como categoria jurídica. Fraternidade e direitos humanos. Elementos e conceito de fraternidade e de Direito Constitucional. A fraternidade e a cultura contemporânea. A fraternidade no ordenamento jurídico brasileiro.

DIREITO MÉDICO

A saúde na Constituição Federal. Noções de culpabilidade, imputabilidade, responsabilidade. Contrato médico. Responsabilidade Médica. Responsabilidade dos planos de saúde. Erro médico. Os Conselhos de Medicina e o controle Interno da atividade Médica. Perícia Médica. Documentos Médico-legais. Atestados médicos de sanidade e de enfermidades. Atestado de óbito. O Ato médico. Termo de consentimento na prática clínica.

DIREITO MUNICIPAL

Origem e evolução; O município nas Constituições Brasileiras; Organização política do município; Competências Constitucionais dos Municípios; Constituição do Estado e Lei Orgânica Municipal; Responsabilidades de prefeitos e vereadores; Julgamento das contas municipais; Servidores municipais.

EXECUÇÃO PENAL E ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Análise da Lei de Execução Penal e demais diplomas normativos aplicáveis. Exame da natureza jurídica e dos princípios orientadores da execução penal. Assistência do condenado, internado e egresso. Regras do trabalho penitenciário. Direitos e Garantias constitucionais penais do preso. Deveres e direitos do preso. Disciplina, faltas disciplinares e procedimentos disciplinares. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Regimes prisionais. Estabelecimentos penais. Sistema



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

progressivo, progressão e regressão de regime prisional. Permissões de saída e saídas temporárias. Remição de pena. Livramento condicional. Anistia, graça e indulto. Penas restritivas de direitos e de multa. Medidas de segurança. Excesso ou desvio de execução. Unificação de penas. Suspensão condicional da pena. Agravo em execução. Extinção da execução e alvará de soltura.

GESTÃO DE ESCRITÓRIOS

O mercado jurídico. As habilidades empreendedoras. As principais ferramentas de gestão do escritório de advocacia. O Plano de Negócios. O Planejamento Estratégico: missão, visão, valores e metas de curto médio e longo prazos. A estrutura física e infraestrutura de TI. O software de gestão do escritório. A importância do relacionamento com o cliente. Como atender melhor o seu cliente. Recrutamento e seleção. Avaliação de Desempenho.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Aspectos Históricos: cultura surda, identidade e língua de sinais. Estudo da legislação e das políticas de inclusão de pessoas com surdez. O ensino de LIBRAS e noções básicas dos aspectos linguísticos. Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares.

MEDICINA LEGAL

Noções de Medicina do Trabalho. Criminologia. Traumatologia e Sexologia Forense. Tanatologia. Identificação médico-legal. Toxicologia forense.


PROCESSO COLETIVO

Fundamentos constitucionais do processo coletivo; Princípios norteadores do processo coletivo; Peculiaridades do processo coletivo: legitimação, coisa julgada e eficácia das decisões; Espécies de ações coletivas.

SOCIEDADES COOPERATIVAS, AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Sociedades Cooperativas, autogestão e economia solidária. A experiência de Rochdale e de outras formas de organização cooperativa, no século XIX. Os princípios do cooperativismo. A autogestão como elemento central do cooperativismo e das sociedades cooperativas. As cooperativas no Brasil e suas transformações. A legislação cooperativista vigente e as Cooperativas na Constituição Federal de 1988. Cooperativismo, autogestão e solidariedade na configuração da economia solidária. O Código Civil e as regras societárias das cooperativas.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.


Prof. Dr. Fábio Hernandez,
Reitor.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

ANEXO IV, DA RESOLUÇÃO Nº 9-COU/UNICENTRO, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Curso de Graduação em Direito, Bacharelado, Câmpus Santa Cruz

I – DESCRIÇÃO

Os estágios não obrigatórios são desenvolvidos de acordo com os objetivos de formação profissional que se almeja, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

II – OPERACIONALIZAÇÃO

Os acadêmicos do curso de Direito podem realizar estágio não obrigatório em escritórios de advocacia, órgãos do poder judiciário e auxiliares da justiça e demais entidades que se utilizam de serviços jurídicos especializados.

O Departamento deve:

- a) designar um professor para acompanhar, orientar e controlar as atividades desenvolvidas durante o período do estágio;
- b) solicitar à entidade cedente do estágio, a designação de um orientador interno para fazer o acompanhamento do acadêmico durante o período de realização do Estágio na entidade;
- c) solicitar ao acadêmico a elaboração de relatórios periódicos os quais devem ser apreciados pelo professor orientador e analisado pelo conselho departamental.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandez,
Reitor.

UNICENTRO